
APROXIMAÇÃO AOS CONCEITOS BÁSICOS DA FENOMENOLOGIA

Aquiles Cortes Guimarães - Departamento de Filosofia da UFRJ

O termo fenomenologia designa uma nova atitude filosófica assumida por Edmundo Husserl (1859-1938), que redundou num amplo movimento de pensamento disseminado entre as mais notáveis tendências da filosofia contemporânea.

Portanto, fenomenologia não é apenas ciência ou teoria dos fenômenos como poderia sugerir o vocábulo. A fenomenologia tem sua apresentação inaugural na obra intitulada *Investigações Lógicas* de Edmundo Husserl, publicada nos anos 1900/1901. Aí começa a reflexão fenomenológica no século XX. Fenomenologia é o esforço em busca do aprofundamento da compreensão do mundo, numa tentativa de colocar em questão os supostos fundamentos das ciências naturais. A fenomenologia não é um sistema de pensamento. Ela é um método que nos leva a uma atitude radical frente às explicações científicas do mundo. Talvez por isso mesmo, a adesão ao método fenomenológico implique uma espécie de conversão a um novo modo de pensar o mundo natural e o mundo do espírito, para além das ciências naturais e das ciências do espírito, cuja tendência fundamental é reduzir a realidade do mundo à realidade dos *factos*. Daí, as várias direções assumidas pelo pensamento fenomenológico que hoje deságuam no denominado “Movimento Fenomenológico”,

com uma forte tendência no sentido de privilegiar a hermenêutica na sua expressão lingüística. Em última análise, o *ser* é acontecimento que se revela na linguagem. O pai da fenomenologia não aprovaria essas conseqüências do seu pensamento, sempre voltado para a idéia de rigor filosófico e científico, mas também não estaria insatisfeito com a larga exploração das diretrizes do método fenomenológico, inclusive na área jurídica.

Pois bem, vejamos então alguns dos conceitos primaciais da fenomenologia, que nos ajudarão a entender a sua proposta metodológica. Em primeiro lugar, a noção de *consciência*. Saibamos que Edmund Husserl desenvolveu a sua formação universitária numa ambiência de crise do pensamento, nas últimas décadas do século XIX. Crise de fundamentos. Onde estão os fundamentos da matemática que desde Galileu e Newton, no século XVII, vinham contribuindo, decisivamente, para a manipulação da natureza? Entra a lógica como fundamento, na afirmação de Bertrand Russel. Mas isto não satisfaz e vem Wittgenstein dizendo que os fundamentos do pensamento estão na linguagem. À pergunta de Kant sobre *o que posso saber*, se contrapõe a pergunta sobre *o que posso dizer*. Até aí, nada. Apenas afirmações que, à falta de outras mais consistentes, estão aí registradas como decisivas no pensamento contemporâneo. E são muitos os que se orientam por elas.

Essa crise do pensamento foi intensamente vivida por Husserl. O que mais o preocupava era o espírito do naturalismo engendrado pelas ciências naturais. O que é *naturalismo*? É a crença de que a *natureza é a unidade do ser no tempo e no espaço*. Portanto, tudo é natureza. Essa crença levaria à conclusão de que a consciência e a razão seriam frutos da natureza. Naturalizar a consciência, naturalizar a razão, naturalizar a vida do espírito que constrói a história era o grande equívoco percebido por Husserl. Mas esse filósofo estava preparado para enfrentar os equívocos do naturalismo. Formado em ciências matemáticas – graduação, doutorado e livre-docência (habilitação para o ensino superior) – Husserl sabia o que estava

criticando. A sua formação científica foi decisiva na crítica aos fundamentos da lógica e das ciências naturais. A consciência não pode ser passível de naturalização, uma vez que ela funda, ontologicamente, a própria natureza. Como? Na medida em que é a única instância humana capaz de *ver* de forma absoluta.

Antes de mais nada, é preciso ter claro que consciência é intencionalidade. Ou seja, a essência da consciência é a intencionalidade. Consciência não é fenômeno psíquico, não é psique; é *intentio*, é “dirigir-se a”. Não há consciência vagando no espaço.

Vem então a noção de *fenômeno*. O que fenômeno? Em princípio, fenômeno é o que *aparece* à consciência. Fenômeno é o manifestar-se do mundo dos objetos. Esse manifestar-se só pode acontecer na interação da consciência com o mundo. Fenômeno e consciência são termos correlatos. Os objetos só existem para a intencionalidade da consciência e esta, por sua vez, só existe para os objetos. Ou seja, intencionalidade é intencionalidade de objetos e estes são objetos da intencionalidade. Em síntese: o fenômeno só é possível em função da intencionalidade e esta é pura direcionalidade ao fenômeno. Um não existe senão em função do outro. E é essa circunstância que, antes de qualquer coisa, nos leva à compreensão do processo de interação consciência-mundo, superando clássicas dicotomias na relação sujeito-objeto. Não há sujeito sem objeto, nem objeto sem sujeito. Portanto, falar da pureza do sujeito seria admitir que a subjetividade em geral poderia prescindir da *impureza do mundo* e submetê-la aos caprichos da linguagem matemática, na maneira procedimental cartesiana. Sujeito-mundo, sujeito-objeto, sujeito-natureza, e tantas outras dicotomias não produzem sentidos epistemológicos senão a partir da interação consciência-mundo, consciência-objeto, consciência-natureza, e vai por aí... Essa interação da consciência com o mundo é que define o fenômeno como aquilo que é dado à pessoa humana no universo da sua vivência. Ou seja, a interação consciência-mundo expressa, originariamente, o retorno às “coisas mesmas” na linguagem husserliana. Mundo e

intencionalidade são indissociáveis, posto que a evidência do mundo depende da intencionalidade intuitiva da consciência e, por sua vez, a intencionalidade depende da existência do mundo, uma vez que sem este ela seria apenas intencionalidade do nada...

No mesmo plano se inscrevem as *percepções*. Perceber é perceber algo. A percepção será sempre percepção de alguma coisa, seja essa coisa real – o livro que está diante de mim – seja ela ideal ou fictícia – as linguagens lógico-matemáticas ou as criações imaginárias. Ao perceber, sempre percebo algo, ainda que os mecanismos da minha percepção estejam embotados por distorções fisiológicas. Mas vamos com calma. A idéia de percepção na fenomenologia é um pouco diferente daquilo que os psicólogos apregoam como percepção. Antes de mais nada, o *perceber* integra a vida da pessoa humana. Vivemos orientados pela percepção. Ou seja, a percepção é o caminho da realização da nossa existência. Mas, para a fenomenologia, nós percebemos não as coisas, mas “estados de coisas”. Se a palavra de ordem da fenomenologia é o “retorno às coisas mesmas”, na pureza das suas manifestações enquanto fenômenos puros, a nossa percepção do mundo se envolve com “coisas” e não com fatos com os quais se comprometem as ciências naturais. E as coisas se manifestam à intencionalidade perceptiva de infinitas maneiras, nos seus infinitos “estados”. É de Husserl a afirmação de que “fenomenologia é ciência do vivido”. E ciência do vivido é atividade perceptiva que se exerce sobre “estados de coisas” e não sobre coisas. Por quê? As coisas constituem a abertura dos horizontes do mundo. Convivemos com as coisas e devemos entender (evidenciar) os seus modos de ser a fim de que não nos mergulhemos no mundo dos objetos e nos naufraguemos na ingenuidade da percepção imediata. É percebendo os “estados de coisas”, os modos pelos quais as coisas se manifestam, que descortinamos os horizontes do mundo.

Tudo isso envolve outra noção revolucionária referente à idéia de *objeto*. O que é objeto? Objeto é tudo aquilo que é *intencionado*, quer sua natureza seja real, ideal ou fictícia. Temos objetos *reais*

(caneta), *ideais* (linguagem lógico-matemáticas) e imaginários em geral. Tudo que é mostrado à consciência é objeto. Ao intencionar o diabo ou demônio, figura que aparece na maioria das sociedades antigas e permanece até aos nossos dias, intenciono um objeto tido, historicamente, como representante do *mal*. Tudo que ao imaginar imagino é objeto. Portanto, o mundo dos objetos é constituído de tudo aquilo que é manifestado à consciência. Isto não significa que todos os objetos sejam evidentes por si mesmos ou que tenham existência real. Somente a intuição direta confere evidência a eles. Nem por isto deixam de ser objetos para a consciência intencional.

Passemos ao conceito de *redução fenomenológica*. O que é isto? O componente fundamental do método fenomenológico instituído por Husserl é o que chamamos *redução fenomenológica*. De várias maneiras tem sido interpretada a idéia husserliana de redução fenomenológica, tendo em vista as oscilações do próprio autor no sentido de precisá-la. Podemos sintetizá-las, afirmando que a redução compreende três momentos básicos: redução *psicológica*, redução *eidética* e redução *transcendental*, cada qual envolvendo momentos sucessivos de compreensão e interpretação do mundo. Começemos pela redução psicológica. Este é o momento inicial da nossa conversão ao modo de pensar fenomenológico, porque o esforço da reflexão se dirige à colocação do mundo “entre parênteses”, ou seja, suspendemos, provisoriamente, a nossa crença ingênua na *vigência* do mundo. Isto não significa qualquer forma de ceticismo, pelo contrário, é uma tentativa de recuperação do próprio mundo naquilo que ele *é*. Quando reduzimos os objetos do mundo a puros fenômenos, estamos caminhando para a sua reconstrução infinita, porque os objetos do mundo nos levam muito além dos próprios *objetos*. Como? Os objetos, tais quais *objetivados* pelas ciências, são petrificados como se tudo pudesse ser resumido na sua manifestação. Entretanto, os objetos do mundo estão carregados de *sentidos*, que se expandem nas suas inter-relações, enquanto “estados de coisas” a serem percebidos. Portanto, a redução psicológica representa o momento inicial da adesão ao método fenomenológico,

uma vez que a pretensão é *re-ler* o mundo de maneira radical, “voltando às coisas mesmas”, tais quais se manifestam. Colocamos entre parênteses toda a objetividade explicativa das ciências que nada mais fizeram senão *objetificar* o mundo e voltamos aos mesmos objetos do mundo, perquirindo os infinitos sentidos da sua manifestação. Desta forma, a redução psicológica pode nos levar a compreender, antes de mais nada, que a explicação da objetividade do mundo por parte das ciências não esgota os *sentidos do mundo*. Os objetos, enquanto “coisas”, nesta primeira redução, se manifestam à consciência na sua pureza de *fenômeno* e, ao mesmo tempo, como abertura infinita de novos horizontes como possibilidades infinitas...

O segundo momento da *redução fenomenológica*, é aquele no qual, para além do puro manifestar-se dos fenômenos, tentamos descrever as suas *essências*. Portanto, reduzimos os objetos do mundo a suas essências. É a redução eidética, de (eidos = essência ou idéia).

O terceiro momento é o da *redução transcendental*. Nesta, as essências são vivenciadas e evidenciadas na ordem da consciência transcendental, ou seja, simplificada, na ordem da subjetividade do “eu penso”. Essências são sempre essências dos objetos, das “coisas”, que são levadas à instância transcendental, à instância do “eu penso”, como tribunal da *evidenciação*. Nesse tribunal funciona a reflexão em torno das *evidências* extraídas do mundo da vida. A pretensão é evidenciar o *mundo da vida*. E essa pretensão só pode ser realizada no espaço transcendental, enquanto lugar privilegiado da evidenciação – aliás o único *lugar* – tendo em vista que não existe pensamento sem sujeito, nem sujeito sem objeto, nem objeto sem sujeito.

É necessário ter claro que estes três momentos da redução fenomenológica estão intimamente articulados em torno do propósito de edificação de uma *ontologia do mundo da vida*. Pela redução *psicológica*, o mundo dos objetos, ou das coisas, se restringe a puros fenômenos; pela redução *eidética*, esse mundo se restringe às suas essências e, pela

redução *transcendental*, o mundo se subordina ao plano da reflexão, do “eu penso”, enquanto instância evidenciadora do próprio mundo.

No fundo, poderíamos dizer que a atitude fenomenológica é a tomada de posição radical do *ego* que pretende constituir o mundo a partir de si mesmo. E *constituir* significa *evidenciar*. Ele é apenas o pólo ideal da consciência, a partir do qual o conhecimento do mundo se torna possível. Enquanto Descartes considerava o ego como *coisa pensante*, Husserl o toma não como coisa e sim como *pólo da consciência*. É aí que começa a atitude fenomenológica. Essa atitude pressupõe a consciência como intencionalidade e visa a interação da subjetividade com o mundo. Aliás, a fim de evitar confusão no que diz respeito ao binômio subjetividade-objetividade, tão exposto historicamente, Husserl introduz os termos *noesis* e *noema* para significar o mesmo empreendimento do espírito. São conceitos próprios da fenomenologia que devem ser esclarecidos. *Noesis* é a atividade subjetiva da consciência, é a exploração do sol da consciência, é a originação do pensamento. Atividade *noética* é atividade de *conhecimento*. É o ponto inicial a partir do qual instauramos a nossa ação cognoscitiva pela via do pensamento. *Noema* é a unidade significativa encontrada no objeto. A novidade desses termos pode ser traduzida pela verificação do fato de que existe uma fundamental relação noético-noemática na intenção eidética, ou seja, no plano da descrição das essências. O mesmo que dizer em relação à dicotomia sujeito-objeto que agora é compreendida na interação consciência-mundo. Toda intenção descritiva das essências implica a atividade noética-noemática, ou seja, a atividade subjetivo-objetiva de interação da consciência (intencionalidade) com o mundo.

Dito isto, examinemos a idéia de intuição e de percepção. *Intuir* significa estar presente ao objeto intuído (do latim *intus* = dentro de alguma coisa). A intuição torna possível o conhecimento das coisas. Princípio primeiro é a atitude intuitiva, porque somente ela nos mostra a plenitude da presencialidade dos objetos do mundo circundante. Mundo de objetos é mundo percebido. A percepção visualiza os horizontes de sentidos do mundo. O mundo é a totalidade

dos horizontes percebidos. Portanto, a idéia ou conceito de intuição é fundamental no pensamento fenomenológico. É a intuição o momento instaurador da percepção. Intuindo, percebo. Por isso mesmo, o mundo, fenomenologicamente considerado, é o mundo percebido na multiplicidade dos seus sentidos e não a totalidade dos seus objetos. Toda percepção está carregada de intencionalidade intuitiva em direção à descoberta de novos sentidos. Mas este mundo percebido é o *mundo da vida* (Lebenswelt).

Já foi dito que o conjunto da crítica fenomenológica à tradição da cultura ocidental recai sobre o processo da sua idealização a partir do matematismo, do espírito quantificador. A geometria nasce na Grécia antiga como instrumento da agrimensura. Era necessário idealizar as medidas da terra, com a possível precisão dos instrumentos matemáticos. O fluxo do *mundo vivido* vai aos poucos sendo dominado pela idealização elaborada no campo da subjetividade, enquanto possibilidade de dominação da natureza pela via do *logos*, da razão fabricadora. E toda história ocidental obedece a essa *intenção idealizante*, nas suas mais variadas manifestações. O homem cada vez mais se afasta do seu *locus* natural para apegar-se à ordem das criações subjetivas. Já na linguagem fenomenológica, a intuição é o “princípio dos princípios” porque somente ela nos remete ao dado imediato, ao que está aí, diante de nós, aos objetos presentes à intencionalidade perceptiva. Intuição e percepção são termos que se complementam mutuamente, na interação consciência-mundo.

Vejamos agora a questão da *essência*. O que essência para a fenomenologia? A noção de essência não está longe do *eidós*, da idéia, na formulação platônica. Essência é idéia. Mas, na fenomenologia, a idéia está irreversivelmente relacionada com *as coisas do mundo da vida*, sem qualquer compromisso com o “mundo das idéias” de Platão. Não ocorre a separação entre o mundo das idéias e o mundo real. Em Platão, segundo o registro constante do Livro VII da obra intitulada *Republica*, o mundo da experiência é o lugar da impureza, da degenerescência – lugar de todos os

males. Mas existiria um mundo de idéias como arquétipos eternos, como lugar de contemplação dos miseráveis humanos absolutos no desastre do movimento do mundo. Platão descende da herança de Parmênides. É necessário encontrar um ponto a partir do qual possamos continuar afirmando que o Ser é, e o não-Ser não é. Esse ponto para Platão é o mundo das idéias – o que verdadeiramente é. O bem é a idéia suprema, mas nem por isso fica excluída a idéia do mal. Em síntese, tudo o que pensamos na vida terrestre deve subordinar-se à imitação do protótipo ideal do mundo das idéias, sobretudo as nossas ações relacionadas com o justo e com o injusto. Numa dialética de ascese – contemplação das idéias – e de descese – volta ao perigoso caminho do mundo corrompido – estaremos exercitando a suprema virtude de purificação das nossas almas que, certamente, transmigrarão para outros corpos.

Todo esse preâmbulo é para dizer que a concepção de essência na fenomenologia não pode, simplesmente, ser equiparada ao *eidos* platônico, ao conceito de idéia em Platão. Não existem mundos separados. As essências são percebidas a partir do *mundo da vida* e não concebidas como fórmulas adequadas à explicitação dos objetos. É a interação consciência – mundo que propicia a visada dos objetos. E a visada intuitiva dos objetos do mundo da vida me leva à descrição das essências universais, imutáveis e irreduzíveis.

Dizemos comumente que as coisas *são*. Este objeto é um livro; aquele é uma mesma. Mas o que é *o que é?* Pois a essência responde à pergunta sobre aquilo que é o *ser das coisas*. A essência diz do ser das coisas e não de uma idéia elaborada *a priori* no campo da subjetividade para adequar-se ao ser das coisas. Ou seja, toda essência será sempre essência de objetos. Essência, simplificada, é aquilo que descobrimos como invariante nos objetos. Por exemplo, quando no campo dos objetos ideais (matemáticos) dizemos que $3+2 = 5$, a idéia de *pentalidade* aí descoberta é uma *invariante* universal. Por mais que mudemos os números em busca da pentalidade chegaremos ao mesmo resultado.

É o que permanece. E isto que permanece como validade universal é a essência. Aliás, a linguagem lógico-matemática constitui um universo exemplar de essências. Os seres ideais da matemática já se manifestam com as características de universalidade, imutabilidade e irreducibilidade. Da mesma forma, poderíamos exemplificar em relação aos objetos ou coisas reais que constituem o nosso mundo circundante. Num exemplo tão ao gosto de Husserl, podemos citar uma partitura musical. Por mais que mudem as orquestras e os instrumentos, por múltiplos que sejam os arranjos, uma sinfonia continuará sempre sendo ouvida como aquela produção do artista para a eternidade – a arte verdadeira nunca perece. A essência da sinfonia permanecerá para sempre.

Da mesma forma, poderíamos exemplificar com o Direito. Por mais que as leis sejam modificadas, permanece a idéia de Direito. Interessa-nos, neste momento, falar da sua *essência* como exemplificação daquilo que nele é permanente. A idéia de Direito é precedida do sentimento do Direito. Esse sentimento é fonte originária de toda organização jurídica. Sendo a destinação do Direito a realização da justiça, existe entre todos os povos uma pré-compreensão do *justo* e do *injusto*. Sendo assim, vemos que a essência do Direito não está na lei, mas na idéia de justiça. Essa idéia é um valor inerente à pessoa humana a qual se cristaliza na tessitura de regras de conduta impostas aos povos, em direção à realização desse valor. A essência do Direito pertence ao conteúdo referencial da vivência da justiça. Enquanto valor, a justiça é um ideal que exerce uma pregnância sobre todos os povos. Descrever as essências do Direito e da justiça é intuir e perceber os modos de equilíbrio dos povos no processo civilizatório, ou seja, os modos de ser do homem enquanto *lugar* radical do *justo* e do *injusto*.

Por último, em relação à essência, devemos ter sempre presente que esta “representa” os *sentidos* do mundo – os seus *verdadeiros* sentidos. As ciências naturais transformam o mundo num *reino de objetos*. Neste reino não há lugar para indagações a respeito de seus sentidos, de suas essências. E é exatamente esta questão que impulsiona

todo o movimento fenomenológico. O que é o que é? A resposta *do que é* se evidencia como *sentido* e não como algo objetivável. Objetificação é trabalho das ciências. Descoberta de sentidos é trabalho do pensamento. Interessa às ciências o domínio técnico dos objetos como projeto de domínio objetivo do mundo. À fenomenologia interessa os sentidos desse domínio. Daí o questionamento da dominação da técnica que impera nos nossos dias, sem qualquer observância dos contextos referenciais de sentidos que envolvem os objetos nas suas múltiplas manifestações à consciência intencional perceptiva.

Vejam agora o conceito de *evidência* na fenomenologia. Em geral, a nossa vida cotidiana se desenvolve no plano da *doxa* (opinião) e não no campo da *episteme* (ciência), para indicar a dicotomia suscitada pelos gregos antigos. Exercitamos a nossa existência acreditando nas evidências imediatas do nosso mundo circundante, do mundo particular que construímos como opção da nossa vivência. Cada operário tem como interesse imediato os utensílios que compõem o mundo do seu trabalho e os materiais de que necessita para realizá-lo. O mundo particular *aprisiona* os indivíduos nas suas evidências primitivas, pois as pessoas estão ligadas, fundamentalmente, àquilo que lhes interessa para solução de suas necessidades. Interesses e necessidades constituem o movimento da história, o que nos ajuda a esclarecer o apego do homem ao “seu” mundo, cuja manifestação é apreendida pela *doxa* que lhe parece de cristalina evidência. O conhecimento específico (opinião) do carpinteiro sobre a madeira conduz os seus atos para a construção dos objetos de madeira. Ciência e filosofia não fazem parte de suas preocupações porque ele está voltado para a imediatez do seu mundo, naquilo que ele representa de possibilidade de realização das urgências da vida. Com essa atitude, fragmentam o mundo em horizontes que constituem o mundo único. O mundo não é a totalidade dos objetos e sim a totalidade de horizontes. E essa totalidade de horizontes depende da nossa percepção de mundo. Mundo é mundo histórico-cultural e é neste mundo que encontramos todas as possibilidades de experiência, estética, religiosa, mística. Fica claro que o *objetivismo* científico não esgota o campo da experiência, porque existem múltiplas dimensões

da experiência humana que se distendem no *mundo da vida*. Pois bem. *Evidência* é algo que se dá pela intuição imediata. A intuição, já sabemos, é o “princípio dos princípios”. Ela nos coloca na relação direta e imediata com os objetos. É como se dissessemos: “não me explique, estou vendo”. Esse *ver* imediato caracteriza a evidência. Como essa evidência será tratada na ordem transcendental, ou seja, na ordem da reflexão, é outro problema. O fato é que evidência será sempre evidência de objetos, quer sejam reais ou ideais.

Outra noção que deve ficar clara é a de ego transcendental, uma vez que diz respeito à legitimação radical da atitude fenomenológica. É no *ego transcendental* que aparecem todas as evidências. É nessa ordem transcendental ou seja, no espaço do “eu penso” que as evidências se manifestam, a partir da vivência “primitiva” do mundo da vida.

O *ego transcendental* é o *eu puro*. Esse eu absolutamente disponível ao pensamento. Essa esfera subjetiva em que o mundo encontra a possibilidade última da sua evidenciação. Dessa mesma esfera transcendental se valeram os mais notáveis pensadores da modernidade, desde Descartes até aos nossos dias. É a supremacia da subjetividade em face do mundo. No caso da fenomenologia, a questão se mostra de maneira diferente. O ego transcendental é o *lugar* da evidenciação. A evidência “primitiva” se dá no mundo da vida. O ego transcendental, enquanto espaço de evidenciação, exerce, em última análise, o papel de última instância evidenciadora do mundo. Porque não há pensamento sem sujeito pensante, assim como não existe mundo verdadeiro para além da experiência “primitiva”. Estamos no mundo e frente ao mundo, frente a todos os objetos que nos circundam. E somente a subjetividade transcendental pode encarregar-se da mostração originária e evidenciadora desse mundo. É aí que encontramos a possibilidade originária de esclarecimento do mundo, ou seja, de auto-constituição e auto-evidenciação da aventura da história humana. Afinal, invocando o transcendentalismo kantiano, poderíamos afirmar que é no diálogo da razão consigo mesma que encontramos os princípios supremos de todas as coisas.